



CIDADE E HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

Autores:

Daniela Braga Santos - UNB - danielabraga94@gmail.com

Resumo:

O trabalho tem o intuito de compreender a partir da história da configuração da cidade de Goiânia-Go as transformações da paisagem urbana da sua Região Noroeste nos anos de 1979, 1985, 1990, 2000 e 2017. Esse recorte temporal permite a reflexão da segregação sócio espacial da cidade no processo da construção da paisagem urbana periférica da Região Noroeste de Goiânia. Dessa forma, a partir da pesquisa historiográfica este trabalho busca entender a gestão urbana do Estado e do capital imobiliário, no processo de produção, reprodução e ocupação do espaço urbano da cidade, refletido na construção paralela e de caráter irregular da paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia. Assim, pelas leituras teórico-conceituais, mapeamentos e levantamento de dados e recortes de jornais da época busca-se compreender o papel do Estado e do capital imobiliário na orientação da produção do espaço urbano na Região Noroeste em seu processo histórico de formação.

CIDADE E HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

RESUMO

O trabalho tem o intuito de compreender a partir da história da configuração da cidade de Goiânia-Go as transformações da paisagem urbana da sua Região Noroeste nos anos de 1979, 1985, 1990, 2000 e 2017. Esse recorte temporal permite a reflexão da segregação sócio espacial da cidade no processo da construção da paisagem urbana periférica da Região Noroeste de Goiânia. Dessa forma, a partir da pesquisa historiográfica este trabalho busca entender a gestão urbana do Estado e do capital imobiliário, no processo de produção, reprodução e ocupação do espaço urbano da cidade, refletido na construção paralela e de caráter irregular da paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia. Assim, pelas leituras teórico-conceituais, mapeamentos e levantamento de dados e recortes de jornais da época busca-se compreender o papel do Estado e do capital imobiliário na orientação da produção do espaço urbano na Região Noroeste em seu processo histórico de formação.

Palavras-chaves: Goiânia; Urbanização; Região Noroeste de Goiânia; Paisagem

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objeto de estudo a área periférica da Região Noroeste da cidade de Goiânia-GO que foi planejada no período dos anos de 1930, para 50 mil habitantes, pelo arquiteto e urbanista Atílio Correia Lima e posteriormente por Armando Augusto de Godoy como nova capital do estado de Goiás. Contudo a diferença de concepção de ambos quanto ao planejamento de uma cidade moderna se revelou no desenho urbano ímpar de Goiânia que apresentou o uso de referenciais urbanos da escola francesa e norte americana.

A contextualização histórica da cidade de Goiânia em seu processo de produção, reprodução e ocupação do espaço urbano demonstrou a atuação do poder do Estado e do capital imobiliário no processo de segregação sócio espacial na cidade. A urbanização ganhou o caráter dual da ocupação regular, pontuada pela consolidação das diretrizes do plano urbanístico no tecido urbano e a irregular que conformou áreas periféricas, como a Região Noroeste de Goiânia, como núcleo social da classe desfavorecida e excluída das áreas centrais da cidade planejada.

Em uma descrição da área, segundo o Relatório Técnico de revisão do plano diretor (2018, p.214) a Região Noroeste se caracteriza como Área Especial de Interesse Social (AEIS) que apresentou “a respectiva mancha destinada a AEIS, constante do Modelo Espacial do Plano Diretor, encontra-se espraiada e desassociada no tecido urbano”. Nesta região, ainda segundo o relatório as habitações são de menor porte e unifamiliares gerando um cenário

predominantemente horizontal, além de ter sido área habitacional voltada a classe desfavorecida.

A ocupação da Região Noroeste de Goiânia iniciou-se em resposta aos movimentos sociais de luta por moradia da classe desfavorecida e ao processo intenso de ocupações nas áreas centrais da cidade. Estas ocupações, foram reprimidas pelos agentes sociais (Estado e capital imobiliário) que direcionaram o deslocamento da classe desfavorecida as áreas afastadas da cidade. Essa pressão social e a adoção de uma política de caráter populista, do governo de Irís Rezende, fizeram o Estado mudar o uso do espaço periférico, que passou de zona rural a zona a ser urbanizada. Desse modo as famílias foram assentadas por meio de programas de habitação social, que, por fim, se consolidaram de 1970 aos anos 2000 ao equivalente a 44 bairros.

A transitoriedade da Região Noroeste de 'núcleo da pobreza', e por isso segregado no espaço urbano, para espaço pertencente à cidade foi reconhecido em trabalhos recentes que abrangeram questões 'temáticas' como centralidade: *Goiânia à Noroeste: da ocupação ao novo centro urbano* (SILVA, 2014); economia, *A região Noroeste de Goiânia: de grande bolsão de pobreza à nova classe trabalhadora* (CRUZ, 2015) e mobilidade com Oliveira (2017) em *Morar e (sobre)viver na metrópole goianiense: uma análise do processo de mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia* que já apresentaram as novas transformações no padrão social, econômica e de reprodução do espaço urbano periférico pela ação do Estado e do capital imobiliário. Problematizando assim, novos questionamentos de estudo quanto ao processo da construção da paisagem urbana da Região Noroeste.

A região noroeste, tradicionalmente com uso em atividades agropecuárias, produção hortigranjeira em pequenos sítios e chácaras. Mais recentemente a região tem passado por um forte processo de urbanização, com densificação populacional bastante rápida, tornando-se, na atualidade uma região de acelerado crescimento". (Zoneamento Ecológico-Econômico de Goiânia, In: RELATÓRIO TÉCNICO, 2008, p.268).

Dessa maneira, a atuação do Estado e capital imobiliário no processo de desenvolvimento de Goiânia influenciou o espraiamento periférico/irregular das áreas que se encontravam fora da malha edificada. O processo de segregação sócioespacial evidenciado na urbanização de Goiânia e a consolidação dos bairros da Região Noroeste, mostraram a desmaterialização do sono de habitar e viver com qualidade na área edificada da cidade. Portanto, o espaço urbano edificado se estabeleceu como território/política e cenário das lutas sociais por moradia da classe desfavorecida.

O estudo da Região Noroeste de Goiânia se torna importante como objeto de análise do direcionamento das políticas, especulações e ações regulares/irregulares da sociedade no território da cidade de Goiânia. Sendo assim, este trabalho permeou o campo da produção do espaço periférico durante o processo de urbanização e consolidação do tecido urbano planejado de Goiânia, destrinchando sobre as estratégias públicas e privadas que articularam e influenciaram na configuração da paisagem urbana da Região Noroeste de Goiânia.

GOIÂNIA: CIDADE NOVA-CAPITAL

O história de Goiânia vinculou-se a política urbana do governo da Era Vargas pela Marcha ao Oeste que tinha como princípio a urbanização/ocupação do Centro-Oeste brasileiro e a modernização da mesma pelo planejamento de duas cidades: Brasília (capital) e Goiânia (capital regional).

O Centro-Oeste brasileiro apresentou condições propícias como lugar para as experimentações urbanas por não apresentar uma infraestrutura prévia ou 'vestígios' urbanos do passado que pudessem interferir na implantação de inovações urbanas. Na construção de Goiânia, na década de 1930, "o novo urbano chega antes do moderno rural, da modernização dos transportes do País, da modernização do consumo e, de modo mais geral, da modernização do País" não sendo conhecido o "sistematicamente os efeitos dinâmicos". (SANTOS, 1993, p.62).

Na literatura, há um extenso repertório acadêmico que se atem ao estudo e ordenamento cronológico da política de interiorização do Centro-Oeste brasileiro e do processo de construção de Goiânia como nova cidade-capital. Esta, materializaria o urbanismo brasileiro no campo de atuação disciplinar e profissional. No entanto, foi na historiografia que permeou o discurso da mudança da nova capital, Goiânia, que questões políticas, sociais e econômicas fizeram surgir seus principais personagens: Pedro Ludovico Teixeira como interventor e Atílio Correa Lima mais Armando Augusto de Godoy como planejadores do plano urbano.

Planejada primeiramente por Atílio Correa Lima na década de 1930 e depois modificada por Armando Augusto de Godoy, a construção de Goiânia significou simbolicamente a reafirmação do poder do governo Vargas, a modernização pela inserção da economia no capitalismo e o desenvolvimento pela industrialização do interior do país. Segundo Oliveira; Silva (2016) a mudança afirmaria o poder de Ludovico Teixeira pela dinamização da economia que seria conectada e expandida com capitalismo nacional e a efetivação do progresso nacionalista proposto pela política de Getúlio Vargas.

Para Silva (2012), a mudança da antiga capital era a transição do arcaísmo, Vila Boa de Goiás, ao moderno, Goiânia-nova capital, que representaria por sua vez o progresso e desenvolvimento econômico do Estado.

Com a edificação da nova capital, operou-se a ressurreição de Goiás. À medida que se consolidava como centro de decisões políticas e pólo de desenvolvimento do Estado, ensejou o crescimento de Goiás no campo agropecuária e dos serviços, se bem que a o processo de industrialização não atingisse, como seria desejável, níveis satisfatórios".(JUNIOR, 1980, p. 23)

Durante esse percurso histórico o discurso higienista e tecnossanitarista europeu foram analisados, como novos questionamentos urbanos, pela política brasileira em âmbito nacional e regional para a construção de cidades modernas, que se vinculou em Goiás para a

mudança e construção da nova capital pautado na ruptura entre o passado arcaico e o progresso/moderno.

De acordo com Manso (2001), a ideologia urbana que vigorava na época era o da formação das cidades-capitais que tinham o objetivo “civilizatório”, o que entrava em consonância com as ideias de urbanidade das propostas de projeto tanto das novas capitais brasileiras quanto europeias. A construção de Goiânia visava estabelecer um novo padrão de vida social, em uma estimulação da vida econômica, na qual a nova capital desempenharia uma função econômica-social, política e administrativa.

De enormes vazios demográficos, onde a economia, restrita a formas primárias de atividades, se mostrava débil, a despeito de seu potencial econômico e vastos recursos naturais, o Estado se transformou, com a nova sede governamental, num organismo vivo e participante do progresso de desenvolvimento do País. Retirando, com efeito, os seus núcleos populacionais do torturante isolamento em que viveram durante mais de duzentos anos, à falta de fáceis comunicações internas e vantajosos contatos com o litoral, onde a civilização aparecia com características mais definidas, Goiânia- hoje uma afirmação da vitalidade da gente sertaneja- passou a cumprir a função civilizadora que lhe fora destinada a exercer na história de Goiás. (JUNIOR,1980, p.21)

Nas novas releituras da história da cidade goiana observou-se que no campo político houveram entraves pelo poder e influência social que impulsionaram a decisão de mudança de capital, pois seria uma forma de ruptura com a antiga oligarquia dos Caiados. Já que esta, mesmo sob o regime de Vargas e do interventor Pedro Ludovico Teixeira ainda exercia intensa influência política na sociedade assim como a igreja, que detinha certo poder, tinha interesse na permanência da capital na cidade de Goiás.

Para Diniz (2007, p.109) a Igreja apoiava a oligarquia dos Caiados em Goiás, pois “com isso tinha o apoio da elite econômica e intelectual do Estado”, no entanto ela se viu ameaçada com a Revolução de 1930 com a figura de Pedro Ludovico Teixeira e sua indicação como interventor federal. Em razão das pretensões políticas do arcebispo Dom Emanuel G. de Oliveira em se candidatar ao governo do estado.

A mudança da capital significou no âmbito político um deslocamento de poder entre a antiga oligarquia dos Caiados e a nova que emergia com Ludovico, sob o discurso de ruptura entre o atraso socioeconômico e os anseios pela materialização de uma modernidade. Assim, o plano urbano de construção de Goiânia sofreu alguns entraves para sua viabilização pois segundo Diniz (2007, p.29).

Pedro Ludovico Teixeira enfrentou várias dificuldades; a falta de recursos financeiros, escassez de material de construção, inexistência de mão-de-obra especializada, pressões dos proprietários das áreas desapropriadas, invasões de terrenos e principalmente a resistência e a oposição de políticos da cidade de Goiás, numa clara posição anti-mudancista.

O discurso do atraso socioeconômico derivado do período colonial, o isolamento espacial e econômico, a decadência do período aurífero, a insalubridade e os gastos com a construção da nova capital tomaram um segundo plano pois como coloca Daher (2003) a cidade de Goiás poderia ter tido uma zona de expansão e sofrido algumas alterações, implementando uma infraestrutura que a colocasse dentro dos moldes de uma cidade moderna.

Apesar disso, de acordo com a autora, a mudança da capital já estava decidida independente do relatório favorável ou não de Atílio, mostrando que as razões por detrás da decisão eram por forças políticas e econômicas, o que foi posteriormente reconhecido por Pedro Ludovico ao afirmar que a decisão não havia sido baseada na geografia ou ao traçado da cidade.

Dessa forma, a historiografia apresentou uma descrição de vários relatórios tanto do interventor Pedro Ludovico quanto de Armando de Godoy e Atílio para a escolha do local e suas respectivas justificativas de mudança para Campinas. No entanto, há uma divergência quanto ao pioneirismo da primeira abordagem de diretrizes embasadas no pensamento europeu quanto a questões de ordem técnico-sanitárias, social e ambiental em que a figura dos dois foram destacadas e sobrepostas na história.

Essa contradição foi vista com Ackel (2007) quanto a autoria do primeiro relatório técnico de escolha do sítio, em que as características teriam sido apontados primeiramente por Atílio o que reverberou em divergências e dualidades encontradas na autoria do projeto e concepção conceitual do plano urbano de Goiânia resultando em estudos que a abordam como: cidade idealizada x cidade real, a cidade marginal, cidade irregular e a desconstrução do planejamento. Entretanto, Manso (2001, p.77), abordou que a concepção de ambos apontaram a um novo olhar sobre a cidade não apenas pela concepção estética mas pelo seu caráter social e racional.

Antes da escolha do local ser aprovada por Godoy, vários aspectos foram cuidadosamente examinados. As condições favoráveis a que ele se referia diziam respeito: (a) à curta distância entre a área escolhida e a linha férrea; (b) à localização da área no centro da zona mais próspera e habitada do estado; (c) clima, adoçado pelo grau hidrométrico; (d) à vizinhança de matas que constituem requisitos preciosos nas proximidades de um centro urbano; (e) às condições topográficas, com suaves ondulações, que favorecem o traçado moderno; (f) às condições hidrológicas, condição fundamental para que a sede possa ser abastecida com quantidade suficiente de água; (g) à fertilidade do terreno; (h) à possibilidade de oferta de energia elétrica, de que o desenvolvimento e a prosperidade do centro urbano dependem enormemente, e (i) aos materiais de construção que mais se afiguram na região.

Assim, a literatura mais recente, buscou uma nova releitura dos estudos já apresentados e uma revisão dos documentos oficiais como forma de compreender as ideologias e intenções dos arquitetos. Em um percurso histórico Ackel (2007) e Diniz (2007) fizeram a trajetória de Atílio como a estudante, arquiteto e urbanista, como forma de

compreender as características e debates que marcaram a formação do urbanismo no seu tempo e conseqüentemente nos seus estudos na academia que refletiram na sua atuação profissional e no projeto de cidades como Goiânia e Volta Redonda.

O embate assim desdobrou-se em entender o repertório de fatores que influenciaram na formulação do plano urbano de Goiânia. Em que se verificou uma apropriação dos paradigmas urbanos para a elaboração de um desenho urbano brasileiro. Desse modo, procurou-se ir além da análise restritiva do traçado físico da cidade ao se formular hipóteses entre a cidade real e a cidade idealizada. Como dissertado por Gonçalves (2002), que por meio do traçado elaborado por Godoy para o bairro-jardim, no projeto urbano de Goiânia, evidenciou a desvirtuação e apropriação das ideias de Howard pelo poder privado em empreendimentos imobiliários.

A maioria das iniciativas que seguiram os passos de Letchworth caracterizou-se por variações e alterações de seus postulados. Foi abandonado principalmente o significado social de suas propostas. Prevaleceu a ideia do traçado orgânico, a exuberância da vegetação, a imagem de uma aparente calma bucólica, a elegância da paisagem. (GONÇALVES, 2002, p.50)

Esse questionamento foi também apresentado por Daher (2003, p. 109) ao colocar que “Atílio não explicita em seu relatório essa preocupação de cunho social mais comunitário, na extensão que Howard e Geddes ambicionavam atingir. Se os franceses foram tímidos nesta questão, ele o foi mais ainda.” O que nos mostra uma leitura crítica do urbanismo pioneiro apropriado por Atílio e Godoy que também se divergiram quanto à forma de expansão e concepção de cidade moderna.

Outra divergência foi quanto à possível expansão da cidade, enquanto o desenho de Atílio propunha uma continuidade do traçado de maneira racional e funcional para estruturar coerentemente a urbanização, Godoy propôs cidades-satélites, ao qual Leme (1999, p. 229) exemplificou no desenho de Godoy para o setor sul, a limitação da cidade dentro de uma área fechada, “interrompendo as possibilidades desenhadas por Atílio, que a concebeu dentro de uma estrutura aberta à futura expansão de seu espaço”.

É também bastante provável que o engenheiro tenha orientado um limite de crescimento para a cidade, limite físico, imposto por um cinturão verde de parques. Sua futura expansão aconteceria através da criação de cidades-satélites, tal qual nas propostas de Howard, que pré-fixava a população de suas cidades. (GONÇALVES, 2002, p. 40).

As ideias de Godoy direcionaram a ocupação da cidade por etapas de forma a diminuir os custos com infraestrutura, o que não ocorreria em uma cidade de área muito extensa. Gonçalves (2002) ainda apontou a atuação de outros profissionais e técnicos que poderiam ter ajudado a desenvolver as ideias de Godoy como o agrônomo Werner Sonnemberg na elaboração do setor Sul, na parte da urbanização e infraestrutura (água e esgoto) que faria parte de uma equipe separada por seção de: construção, arquitetura, urbanização, topografia

e saneamento. Godoy seria assim mais um consultor que dispunha das diretrizes, no campo das ideias, enquanto Attílio se destacaria na elaboração de um desenho que respeitasse a topografia do terreno.

Contudo, as soluções urbanas apontadas por Attílio e Godoy como colocou Daher (2003) se tornam ‘caricatas’ do urbanismo do início do século XX, em uma dicotomia entre o ideário e a realidade, além das divergências no traçado nos dois planos urbanos quanto a sua finalidade e funcionalidade. Enquanto Attílio elaborou o planejamento urbano de uma cidade ‘real’, para uma sociedade industrial, que funcionaria sem os problemas urbanos das grandes metrópoles. Godoy colocou um limite a cidade “essa área e sua população seriam fixadas para sempre” em um modelo de cidade-jardim.

Dessa maneira, os novos estudos apontaram para uma crítica às análises que se restringiram à sobreposição dos paradigmas urbanos com o traçado elaborado e materializado no espaço urbano por Attílio e Godoy. Sem haver uma análise em como ocorreram as transformações urbanas decorrentes da ação do Estado e do capital privado assim como da sociedade que formaram a cidade real.

GOIÂNIA: OCUPAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIAL

A construção de Goiânia trazia a idealização da modernidade no Centro-Oeste brasileiro e com ela o discurso do ‘uma vida melhor no futuro’ com as novas oportunidades de trabalho e moradia. Logo, a sua urbanização ocorreu de maneira intensa, como abordou Santos (1993, p. 58):

(...)O caso do Centro-Oeste merece uma observação particular. Essa era, em 1940, 1950 e 1960, a região menos urbanizada do País e a partir de 1970, ganha o segundo lugar nessa classificação, precedida apenas pelo Sudoeste. Quando ao Sul, que nesses termos ainda era ligeiramente ultrapassado pelo Norte em 1960, conhece a aceleração do seu crescimento urbano nos dois decênios seguintes.

Nesse contexto, a intensa urbanização do território de Goiânia decorreu das propagandas e leis de incentivo do Estado para atrair famílias e investidores. Sendo essa abordagem já preconizada nos relatórios de Godoy que “sugeriu maneiras de estimular o desenvolvimento urbano por meio da dispensa de impostos e da utilização de propaganda bem dirigida com o objetivo de atrair capitais e habitantes” (Manso, 2001, p.70). Assim, o Estado conseguiria a arrecadação de fundo financeiro necessário para auxiliar na construção da nova capital.

Esse processo de incentivo à urbanização de Goiânia também foi abordado por Lucas (2016) quanto as prerrogativas do Estado por decretos como o 312, de 1 de agosto de 1935; o de 326 e as leis 90 de outubro de 1936 e 114 de junho de 1937 que incentivam funcionários, servidores públicos e profissionais liberais a se fixarem na cidade para a consolidação da ocupação da capital. No entanto, esse incentivo ainda não abrangia o questionamento da habitação como interesse social.

Dessa forma, a rápida ocupação da cidade pelo fluxo migratório trouxe como consequência a desestruturação, conforme Ferreira (2003, pg.58-59), do planejamento do plano diretor de 1938 de Goiânia que sofre “diversas alterações do uso, de forma desordenada, sem o acompanhamento do poder público e particular”, decorrentes da subversão do plano original por interesses de “governos divergentes, crescimento acelerado e pressões socioeconômicas”.

Por sua vez, na compreensão de Moraes(2003, p.124) esse processo urbano, evidenciou as problemáticas do planejamento urbano modernista que com o crescimento/desenvolvimento a cidade perdeu “o contato com o campo e as áreas reservadas para futura expansão urbana e abastecimento agrícola foram parceladas aleatoriamente” para a formação de um estoque comercial que para Daher (2003) derivaria de uma implantação parcial do plano de Atílio-Godoy, pela ação e influência dos agentes sociais (Estado, proprietários particulares e invasores das áreas públicas) na ocupação e configuração do espaço urbano.

Assim, o processo de planejamento urbano se pontuaria na atuação dos agentes públicos/privados que consolidaram e estruturaram a malha urbana da cidade. No qual a gestão pública do espaço urbano se intensificou entre o período de 1930 até os anos de 1950, quando passou a ser controlado pelas iniciativas privadas do capital imobiliário, cuja atuação se acentuou nos anos de 1960.

Segundo Resende; Vilarinho (2017, p. 12) essa transferência da gestão do espaço público para a privado decorreu de uma “elevação crescente de custos de infraestrutura”, que nas décadas de 1970-1980, ‘retomou’ ao controle do Estado e se expandiu no sentido oeste-sudoeste, segundo as diretrizes do PDIG (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia) que tinha a rede viária, destinada ao transporte público, como elemento regulador do espraiamento urbano e integrador das áreas periféricas à malha urbana consolidada. Sendo assim, no sentido Leste-Oeste se propõem vias preferenciais de expansão/desenvolvimento, paralelas à Avenida Anhanguera, enquanto que as vias de integração foram conceituadas no sentido norte-sul, paralelas à Avenida Goiás. Ver (figura 1).

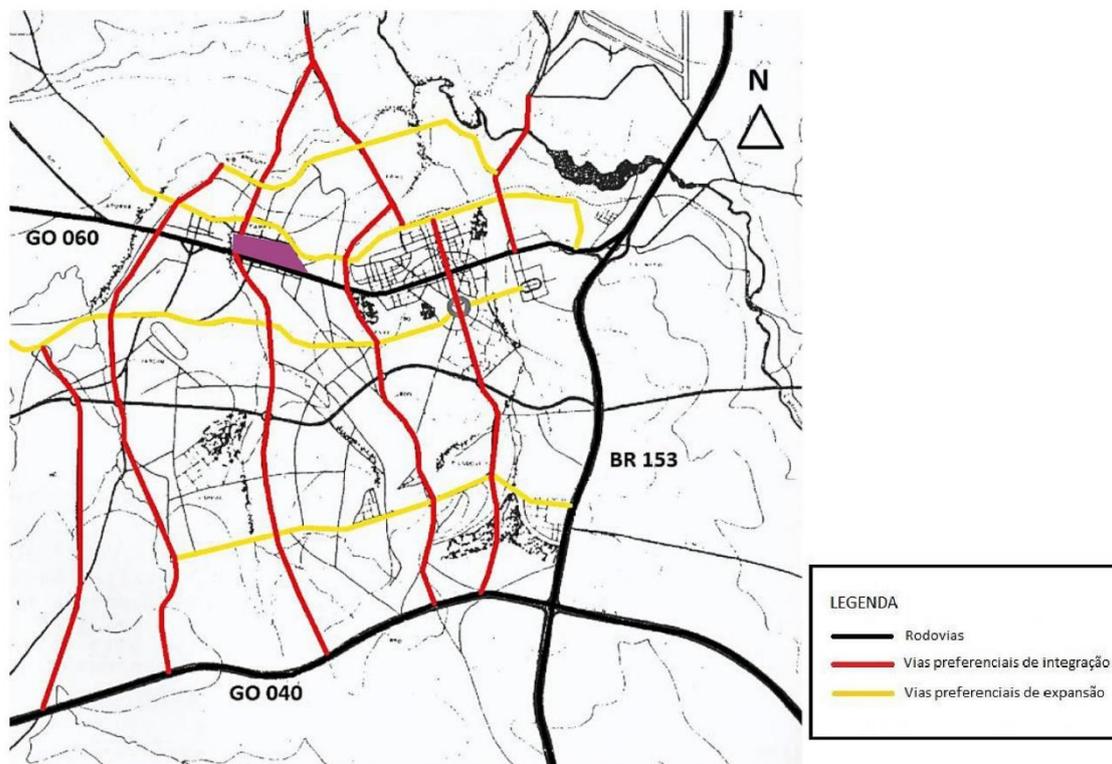


Figura 1 - Estrutura viária, proposta pelo PDIG (1969).
Fonte: Resende; Vilarinho (2017), adaptado pela autora, 2018

Na análise do desenvolvimento urbano na Região Metropolitana de Goiânia (2017) foi dissertado que esse momento da década de 1970 foi marcado pela expansão da cidade por novos parcelamentos urbanos que lotearam áreas até então agrícolas, contudo por não haver um critério se teve uma desorganização dos territórios municipais, por esses novos parcelamentos urbanos estarem segregados da malha urbana edificada da cidade. Assim, o PDIG (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, 1969-1971), tinha o intuito de restringir esses parcelamentos para que se fosse implantado infraestrutura urbana por parte do proprietário.

Ainda nessa lei, havia a exigência de destinação de 35% da gleba, no mínimo, para o sistema de circulação, recreação e uso institucional, com a ressalva de que 15%, do total, corresponderiam à recreação e aos equipamentos públicos e que suas localizações e áreas seriam indicadas pelo órgão de planejamento da prefeitura antes da elaboração do projeto de loteamento, por meio das diretrizes para o traçado dos lotes e sistema viário requeridos pelo interessado. O quesito visava corrigir distorções na destinação de áreas públicas que, na maioria dos projetos, eram fragmentadas ou em local inadequado. Havia casos em que simplesmente ignorava-se a exigência das áreas institucionais. (ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO URBANO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA. Região Metropolitana, 2017, p.47.

Dessa forma, o PDIG (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia), aprovado em 1971, conforme Nascimento & Oliveira (2015, p.152), teve o intuito de evitar um crescimento embasado em loteamentos aleatórios, dificultando a atuação do planejamento e atendimento

de serviço e infraestrutura por parte da prefeitura. O plano orientava o crescimento e consolidação da expansão da cidade no sentido sul, sudoeste e oeste através da consolidação da infraestrutura da região “especialmente com a instalação de malha viária e a pavimentação asfáltica”. Planejamento este, que foi reafirmado em sua reformulação em 1992.

O eixo de desenvolvimento da cidade se especializou na afirmação de Oliveira (2005), na distribuição espacial socioeconômica do PDTU – Plano Diretor de Transporte Urbano de 1985. No qual a população alta e média se localizava na região central e sul; a população média na região central, sul e oeste; e “a população de baixa renda localizava-se em loteamentos irregulares, invasões de fundo de vales, conjunto populares, bairros periféricos distantes, zona situada ao norte da ferrovia, região norte e noroeste”. O que mostrou que a infraestrutura frequentemente é encoberta como um “pano de fundo” do desenvolvimento urbano. (ver figura 2)

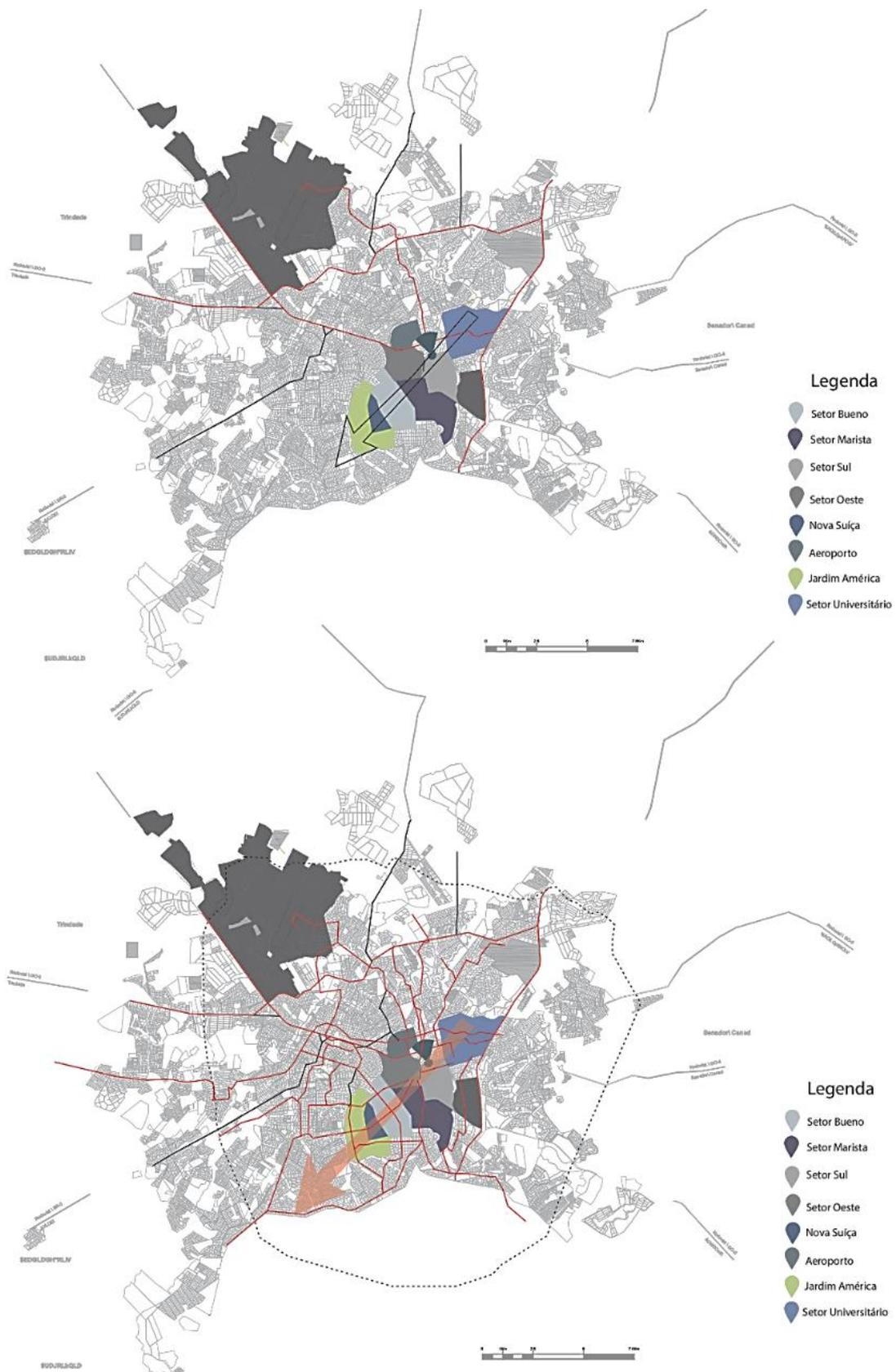


Figura 2 - Espacialização socioeconômica proposta por Oliveira (2005).
Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Nesse contexto de indução da urbanização e ocupação da cidade, rumo as periferias, temos nos anos 1979 o processo de formação da Região Noroeste, com a ocupação do Jardim Nova Esperança sendo seu primeiro bairro e que pela proposta do PDIG (1971) se localizava próximo ao eixo de integração e expansão da cidade. No entanto, essa integração não se conformou em medidas públicas quanto ao desenvolvimento ou estruturação da área periférica que ficou marcada por uma narrativa de marginalização sócio espacial.

O ‘bolsão de pobreza’ termo pelo qual o bairro Jardim Nova Esperança era referenciado, configurou o núcleo concentrado da classe desfavorecida de Goiânia. “Esses novos núcleos são as invasões, que, aos poucos, vão se consolidando como bairros da cidade em construção; são as cidades dos construtores que vão dar vida e forma a uma cidade ilegal” (p.162. Moraes, 2003).

Dessa forma, como consequência da atuação imobiliária houve um desordenamento urbano da cidade, decorrente da urbanização dos bairros de Goiânia, intensificado com a construção de Brasília, capital do país, que atraiu um expressivo contingente populacional. Contudo, a valorização imobiliária se mostrou superficial, já que, os loteamentos não possuíam “infraestrutura básica como água, esgoto ou transporte, fato que demonstra o total descaso do poder público, principalmente municipal” o que favoreceu a desestruturação da cidade. Mendes (2013, p.81)

De forma que, o potencial da infraestrutura como elemento impulsionador de desenvolvimento foi utilizado tendenciosamente como instrumento do poder do Estado e do capital imobiliário como meio de especializar o sistema de classes, sociais, políticas e ideológicas na estruturação do espaço.

A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DA REGIÃO NOROESTE

A atuação do Estado no processo de ocupação/urbanização da cidade de Goiânia se mostrou de maneira fragmentada e pontual, visto que privilegiava a classe dominante da sociedade. Assim, os interesses da cidade moderna não atendiam a todos. Como abordado por Moraes (2003, p.106).

Uma “modernização conservadora” em que o Estado garante a manutenção de uma estrutura fundiária que privilegia a classe burguesa e promove a segregação do homem de menor poder aquisitivo, tanto no meio rural, relatado anteriormente, como no meio urbano.

Para Maricato (2002) a matriz do planejamento urbano modernista da racionalidade para se gerar a cidade formal/legal, contribuiu para a segregação na cidade brasileira, em uma modernização incompleta e excludente. Em uma dualidade no que foi proposto pela autora como “ideias no lugar” e “lugar fora das ideias”, estes quando aplicados na ordem da cidade explicitaram as ideologias por de trás do planejamento urbano. As ‘ideias no lugar’ foram

aplicados a uma pequena parcela da sociedade, burguesa e privilegiada, enquanto a cidade construída ilegalmente e por isso de forma irregular se configurou por ser um “lugar fora das ideias” em referência ao seu deslocamento ‘fora’ do planejamento urbano, assim como a sua descaracterização e reconhecimento como lugar.

Podemos, assim, compreender que o processo de planejamento da cidade de Goiânia revelou uma dicotomia entre o espaço urbano planejado e a sua efetivação no território, no qual as práticas das políticas públicas criaram o paradoxo entre a consolidação da estrutura da malha urbana da cidade planejada e a formação de áreas irregulares e periferias, composta por uma classe desfavorecida.

(...)enquanto o governo construía uma cidade criteriosamente planejada, contraditoriamente e, em paralelo, os trabalhadores construía nas proximidades do traçado urbano em implantação, uma cidade “popular”, delineando as primeiras áreas de invasões, denominadas, áreas de posse (MORAES, 2003, p. 16).

A ocupação da periferia da Região Noroeste de Goiânia se deu por meio de transformações físico-territoriais da cidade planejada, que, pela análise historiográfica da produção do espaço periférico, aconteceu simultaneamente à consolidação da capital como espaço urbano.

As leis urbanísticas do município de Goiânia podem ser organizados em: Decreto-lei n.58, de 10/12/1937, que dispunha sobre “loteamento e venda de terrenos à prestação se limitava a exigir, no ato do registro do loteamento ou do imóvel urbano em cartório, a apresentação da planta do loteamento aprovada pela prefeitura”. Decreto n. 574 de 1947, o zoneamento “incidia apenas na área planejada da cidade, sobre os bairros implantados”, e em 1950 com a Lei 176 que “revogava os artigos do Decreto 574/1947, que obrigavam a implantação de infraestrutura mínima pelo empreendedor. Esta Lei vigorou até 1959, quando novamente foi proibida a aprovação de novos loteamentos em Goiânia”. (MOTA, 2004, p. 42)

Em 1971, foi elaborado o PDIG (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia), que orientava o desenvolvimento da cidade na direção sudoeste. E em 1979, com a lei federal Lei No 6.766, de 19 de dezembro de 1979, houve a imposição de padrões urbanísticos aos loteamentos urbanos. Nesse mesmo ano, em junho, segundo o jornal Opção de 1988, iniciou-se a ocupação do Jardim Nova Esperança (figura 3).



Figura 3 - Resumo da ocupação ao processo de consolidação do Jardim Nova Esperança.

Fonte: Jornal Opção (1988). In: Silva (2014)

O Jornal O popular de domingo de 10 de julho de 1994, publicou a matéria História Marcada pelas disputas sobre a trajetória do bairro Jardim Nova Esperança, um dos primeiros bairros da Região Noroeste de Goiânia. A reportagem narra a ocupação na Fazenda Caveiras em 1979, (figura 4):

Todos os tumultos e conflitos ocorridos no Jardim Nova Esperança serviram como abre-alas para a chegada das outras invasões. A primeira delas foi comandada por cerca de 300 famílias que mais tarde ganhariam e ocupariam a Vila Finsocial-Loteada pelo Governo Ary Valadão". (Jornal O popular, 1994)



Figura 4 - História marcada pelas disputas. Jornal O popular.
Fonte: Seplan, 201

Contudo, segundo o mapeamento elaborado por Ramos (2016) já se evidenciava o início da ocupação da área periférica em 1975, que se mostrava ser uma área com vegetação predominante e com uma mancha urbana que delimitaria o espaço do Jardim Nova Esperança. (ver figura 5).

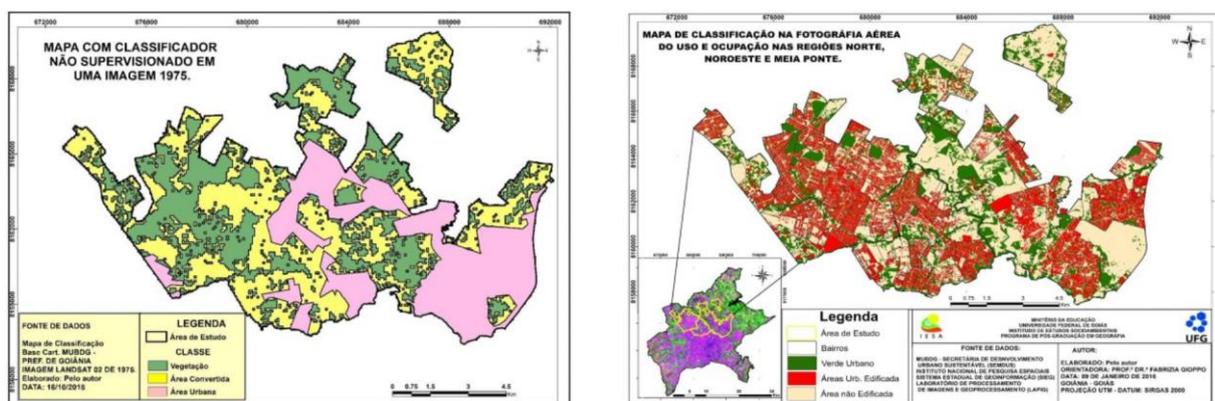


Figura 5 - Mancha de ocupação do solo urbano.
Fonte: Ramos (2016)

No decorrer da década de 1980, como analisa Moysés (2004) Goiânia passou por um processo de expansão da área urbana irregular, decorrente da Legislação de Parcelamento Urbano (4.526/71) que exigia a implantação de infraestrutura. A ocupação irregular dos terrenos, referida por Moraes (2003, p.17) como ‘sistema de invasões’, “passa a ser uma das soluções para quem busca trabalho e conseqüentemente, melhores condições de vida nas novas capitais, a invasão transforma-se em seu lócus urbano”.

O início das ‘invasões’ da Fazenda Caveiras na Região Noroeste, que configuraram o primeiro bairro, Jardim Nova Esperança, é dividido por Moysés (2004, p. 249) em três etapas de ocupação: 1979- O Jardim Nova Esperança como bairro onde a luta social pela moradia



começou a ser organizada de forma coletiva. 1981 e 1982- A tentativa de ocupação na Fazenda Caveiras ao que formaria os bairros Jardim Boa Sorte e o Jardim Boa Vista, respectivamente, mas que não se efetivaram devido à repressão violenta do Estado, sendo esta última conformada por “mais de três mil famílias” que foram realocadas em uma área próxima pelo governo.

Essa repressão violenta das ocupações urbanas pelo Estado foi retratada no boletim ‘União dos Invasores’ sob a manchete “Agressões abalam a população de Goiânia” (1981, p.3) que narrou a ocupação do Jardim Boa Sorte no dia 23; e a chegada da polícia no dia seguinte para a retirada das famílias.

Por muito que se tentou o prefeito resolvesse o problema, arrumando uma outra área para as 40 famílias expulsas, ele não quis arrumar dizendo que “o problema de moradia é um problema do povo e não do governo. Hoje as famílias do Boa Sorte estão por aí, esparramadas, possivelmente debaixo de alguma ponte, pensando possivelmente o que de errado existe nessa sociedade. (Boletim dos Invasores, Fonte: cpvsp.org.br, 2018)

Na manchete “Estratégia para acabar com invasões”, do Jornal Periferia/Goiânia (sd) foi narrado medidas e estratégias do engenheiro Homar Rassi para a problemática da moradia em Goiânia, ao que foi proposto um projeto de lei voltado a criação de um programa de “Loteamentos Comunitários”, que pelo “adensamento populacional provoca a alocação de benefícios, que valorizam os terrenos, atendendo as necessidades da população de baixa renda e a dos próprios proprietários” (figura 6).



Figura 3 - Estratégia para acabar com invasões. Periferia/Goiânia.

Fonte: Seplam (2018)

A ideia era que o proprietário cedesse 50 % da sua área para a implantação de loteamentos voltados a classe desfavorecida, em contrapartida os outros 50% poderiam ser loteados sem a necessidade de instalação de infraestrutura que seria implantada com as “Concessionárias de Serviço Público”. Com isso se esperava fomentar uma integração de serviços entre os bairros formados pela classe desfavorecida de forma que se tornassem autossuficientes. Essa proposta mostrava a intensão do Estado em restringir o acesso dessa classe as áreas centrais, pela concepção de construção de bairros produtivos, que influenciariam a permanência dessa classe no espaço urbano segregado.

Em 1982, houve uma melhor organização política da classe desfavorecida que ocupava irregularmente o espaço urbano, relatado no boletim ‘União das Invasões’ sobre a organização da União por Assembleias nos meses de fevereiro e março. Nesse momento, há uma proposta de legalização do próprio movimento e a organização pela reivindicação do projeto de doação de terras (figura 7).



Figura 4 - União dos Invasores.

Fonte: cpvsp.org.br, 2018

O Estado, por meio de uma política populista, articulou programas de habitação social como forma de atenuar os movimentos sociais (Movimento Popular de Moradia, que ganhou força nos anos 1980, e o Movimento Luta Pela Casa Própria, fundado em 1991) que ganhava força: “A força da nossa organização e mobilização está fazendo os políticos enxergarem a nossa necessidade de ter o nosso lugar definitivo para morar. E é continuando a nossa luta com União e Firmeza que venceremos” (Boletim Informativo da União das Invasões, 1982, p.4). E a ‘problemática’ das ocupações de vazios urbanos. O Estado age por meio de programas de habitação popular como o SFH (Sistema Financeiro de Habitação), o BNH (Banco Nacional de Habitação), ambos criados em 1964, a CEF (Caixa Econômica Federal), em 1986, e AGEHAB (Agência Goiânia de Habitação), em 1999, cujos projetos foram usados para realocar a população de baixa renda.

Essa política tinha objetivos político-ideológicos muito claros de afastar a população pobre da cidade. Oferecer a ela apenas o lote, como era feito até então, era investir na possibilidade de seu retorno imediato da periferia ao centro, proporcional à falta de recursos urbanos disponíveis. Já instalá-la mesmo que precariamente em conjuntos habitacionais com um mínimo de infraestrutura, moradias de baixo custo relativo e alto alcance populacional atendia parcialmente aos objetivos de enraizá-la na periferia da cidade. (Streglio; Ferreira; Oliveira (2013) apud Ribeiro (2004, p.95).

Contudo, a atitude ‘assistencialista’ do Estado não estimulou a ‘adoção’ do financiamento para a casa própria. No boletim ‘União dos Invasores’ no subtítulo ‘casa econômica’ tivemos a problematização por parte dos moradores quanto ao valor inflacionário do dinheiro UPC (Unidade Padrão do Capital) usado para o financiamento pelo BNH mas que mudava a cada 3 meses enquanto o salário somente em 6 meses, havendo um descompasso financeiro que somente aumentava a dívida do trabalhador.

Dessa forma, dos programas de habitação empreendidos pelo Estado cabe ressaltar a Vila Finsocial de 1982, figura 8, que de acordo com Cruz (2015, p. 71) derivou-se do Decreto-Lei n. 1940 de 25 de maio de 1982, o Fundo de Investimento Social que era um projeto federal para finalidade sociais e que foi usado como política populista para a “construção de moradias populares de baixo custo pouco extensas e com lotes reduzidos”. E a Vila Mutirão de 1985, figura 9, pelo processo da aquisição da casa própria pela autoconstrução, que segundo Freitas (2007), incentivou o fluxo migratório rural-urbano, visto que as pessoas se deslocaram para a capital em busca do sonho da casa própria, mas que no entanto essas casas não apresentaram uma qualidade térmica ou arquitetônica.



Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de novembro de 1985.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia
João Silva Neto
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 629, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1985

“Aprova o loteamento denominado Vila Finsocial”.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso IV, da Lei Estadual nº 8.268, de 11 de julho de 1977, combinado com as Leis nºs 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e nº 6.063, de 19 de dezembro de 1983, e, ainda, o contido no Processo nº 068.124-4/85,

DECRETA:

Art. 1º - É aprovado o loteamento denominado “Vila Finsocial”, de iniciativa do Poder Público, de conformidade com as plantas, memoriais descritivos e demais atos integrantes do processo nº 068.124-4/85.

Figura 8. Vila Finsocial. Decreto de aprovação de loteamentos.
Fonte: Diário Oficial, Município de Goiânia, 1985.

DECRETO Nº 621, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1985

“Aprova o loteamento Vila Mutirão”.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso IV, da Lei Estadual nº 8.268, de 11 de julho de 1977, combinado com as Leis nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e nº 6.063, de 19 de dezembro de 1983, e, ainda, o contido no Processo n. 046.232-8/85,

DECRETA

Art. 1o. - Fica aprovado o loteamento denominado Vila Mutirão, de iniciativa do Poder Público, de conformidade com as plantas memoriais descritivos e demais atos integrantes do processo n. 046.232-8/85.

Parágrafo único - O loteamento ora aprovado é destinado à urbanização específica, para assentamento de população de baixa renda.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de novembro de 1985.

NION ALBERNAZ
Prefeito de Goiânia
João Silva Neto
Secretário do Governo Municipal
Sebastião Macalé Caciano Cassimiro
Secretário de Ação Urbana

Figura 9: Vila Mutirão. Decreto de aprovação de loteamentos.
Fonte: Diário Oficial, Município de Goiânia, 1985.

A implementação dos programas habitacionais se mostrou uma forma de segregar a classe social desfavorecida do meio edificado, como coloca Moraes (2003, p.227) sobre a Vila Mutirão:

O Estado planeja estrategicamente a construção do conjunto em uma área (à época rural) distante 12 km da cidade do plano urbanístico. O objetivo da vila era a expansão da cidade em direção à região Noroeste- como forma de valorizar as terras ociosas (pequenas fazendas) - e, a contraposição ao movimento organizado dos sem-teto pelas ocupações vitoriosas ocorridas nas cidades nos anos anteriores, já citadas nesta investigação.

Dessa maneira, a política urbana de Goiânia adotada pelo poder público, segundo Rosovalho (2008), teve como concepção de planejamento a adoção de medidas pontuais e imediatistas que operam de maneira desconexa/descontínua sobre as fragmentações do espaço. Estabeleceu-se assim, uma situação de ‘subordinação’ do poder público aos grupos privados, sendo que, somente na década de 90 o Estado retomou o plano diretor como instrumento de planejamento estratégico da cidade que segundo Moysés (2004) foi marcado com a Legislação do Parcelamento (7.222/93) que trouxe uma outra dinâmica urbana, pautada em loteamentos aprovados e que acabaram por conformar os condomínios fechados.

Nesse momento, ainda nos anos 90, segundo Moysés (2004, p. 226) a Região Noroeste se caracterizou por um crescimento territorial, por novos loteamentos “regulares, clandestinos e irregulares”, em que o perfil sócio econômico de território era de alta concentração de pobres, o “bolsão de miseráveis”, ampliado com a implantação dos bairros que até os anos 200 contemplava 44 bairros, como podemos ver na (figura 10):

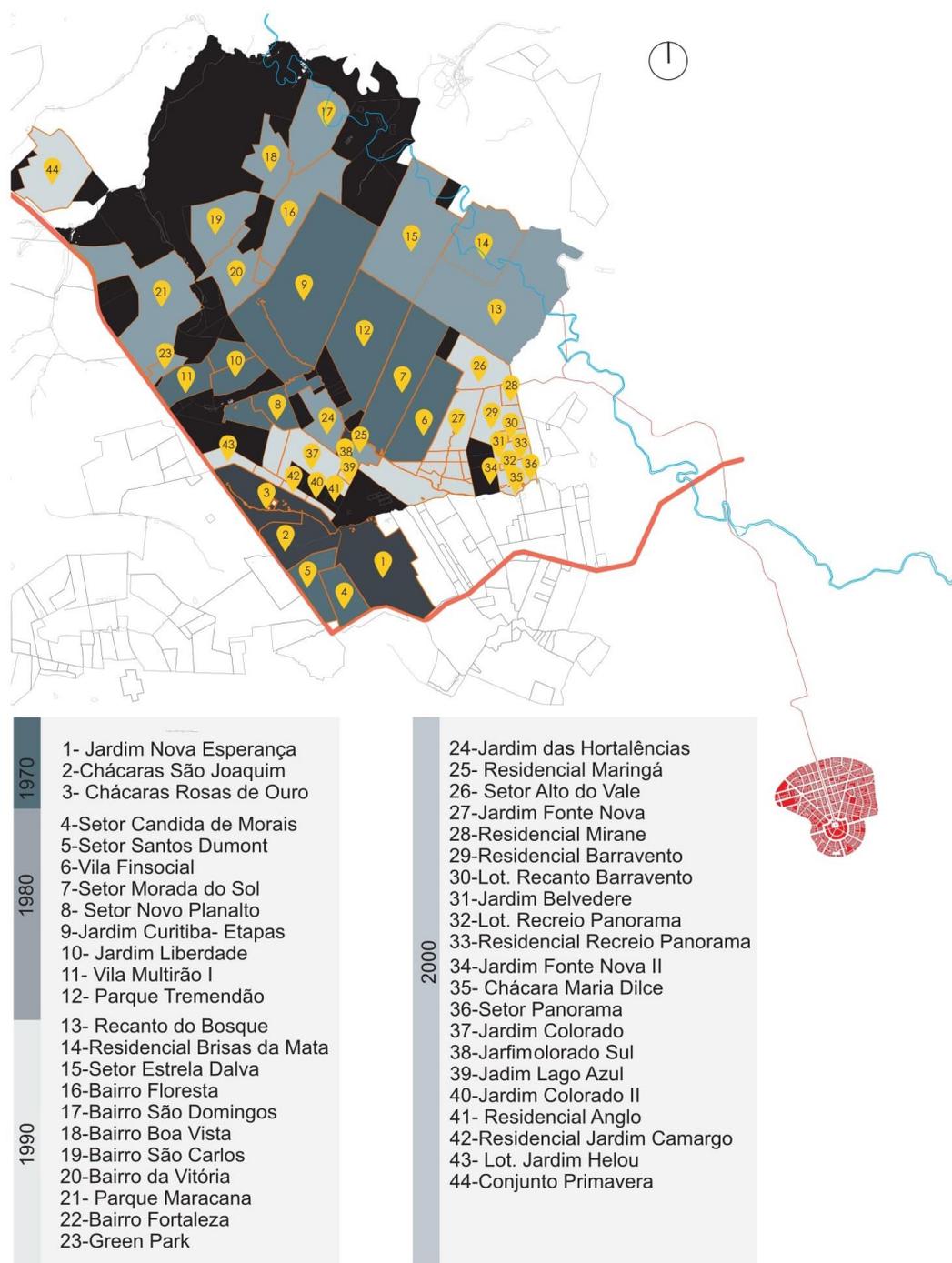


Figura 10: Bairros que formam a Região Noroeste de Goiânia.

Fonte: Silva (2014), reorganizado pela autora, 2018.

Nos anos 2000, a Região Noroeste foi descrita pelo Relatório Técnico de Zoneamento Ecológico-Econômico (2008, p.56) como uma área onde se encontrava a classe menos privilegiada economicamente e onde havia uma especulação imobiliária- contraditoriamente acompanhada pelo descaso dos proprietários, que transformaram muitas áreas em depósitos de entulhos que propiciam acúmulo de água parada, proliferação de doenças e abrigo de marginais”.

Segundo o mesmo relatório foi possível abordar algumas características ambientais da Região Noroeste, mostrando as 19 Unidades de Conservação (Bosque da Palma, Jardim Fonte Nova, Morro da Cascalheira, Parque linear, Recanto do Bosque, Reserva São Domingos, Parque Otávio Lúcio-Brisas da Mata dentre outros), sua fitosionomia (mata seca, mata de galeria, desvegetado) com o seu grau de preservação em que níveis mais preocupantes de degradação ambiental foram apresentados no bairro Recanto do Bosque, Parque Jardim das Hortências e Residencial Mansões Paraíso onde se encontraram respectivamente nascentes e afluentes do Rio Meia Ponte e o Córrego Fundo. Esses dados demonstraram o potencial ambiental da região assim como a problemática causada pela ocupação sem a fiscalização para proteger e preservar as áreas florestais.

As modificações socioeconômicas da Região Noroeste apareceram na literatura pelo estudo de Cruz (2015) pelo levantamento do perfil de idade, renda (em 2010 o salário mínimo era equivalente a R\$ 510,00), frequência escolar, nível de instrução, estado civil, condição de domicílio (própria ou alugada) e mobilidade da população.

Podemos perceber que, na maioria dos domicílios da Região Noroeste, a renda das famílias está entre meio e dois salários mínimos, 66,38%, realidade próxima a de Goiânia, em que essa renda corresponde a 51,36%. Na outra extremidade, 4,57% da população da Região Noroeste recebiam mais de três salários mínimos, enquanto a totalidade de Goiânia apresenta um percentual cinco vezes maior, 23,02%. Nesses parâmetros, a população da Região Noroeste pode ser considerada como um grupo de emergentes, com R\$ 291 a R\$ 1.024 *per capita*, visto que 78,25% dos domicílios recebiam mais de meio salário mínimo *per capita* em 2010, bem próximo dos R\$ 255 reais equivalentes a meio salário. (CRUZ, 2015, p.146)

O caráter do início de mudança no padrão econômico também pode ser denotado pela reorganização espacial da área periférica, como forma de amenizar a segregação da acessibilidade entre periferia e centro. Logo, a região se desenvolveu internamente por pequenos comércios informais (mercados, salão de beleza, cabeleireiro, borracharia dentre outros) nas quadras dos bairros e nas margens das ruas que acabaram por se tornarem principais pela dinâmica interna de fluxo de pessoas, que impulsionou a implantação de comércios de porte menor como supermercado, lojas (roupas, calçados, lanchonetes, padarias, conserto de carros dentre outras).

O tecido urbano predominante é de caráter residencial, porém detecta-se a existência de muitas atividades econômicas no interior dos bairros, localizadas principalmente ao longo das vias de maior porte, podendo notar uma considerável concentração de comércios, serviços e, no caso da Rodovia GO-070, nota-se a ocorrência de indústrias, comércio e serviços de maior porte, assim como equipamentos públicos e privados, ao longo do seu percurso, a exemplo do Parque Aeronáutico Antônio Sebba Filho. Relatório Técnico de revisão do plano diretor. (RELATÓRIO TÉCNICO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR, 2018, p.216)

Como apontado por Oliveira (2016), essa (re)funcionalização foi exemplificada na Avenida Mangalô, que deixou de ser uma avenida residencial ao se converter em uma via comercial, que apesar de não ser uma via cuja posição era estratégica, distribuiu em suas

margens serviços públicos e privados, em um processo de produção e reprodução do espaço urbano visando a influência e ação política e do capital, ver figura, 10 e 11.



Figura 10: Pavimentação da Avenida Mangalô.
Fonte: Oliveira, 2016 apud CORRÊA, Marcelo de Souza, 2000.



Figura 11: Avenida Mangalô
Fonte: Acervo da autora, 2016.

Não foram somente melhorias comerciais ou de educação, os postos de saúde, as medianas escolas públicas e privadas, a pavimentação e outras situações que foram implantados ao longo dos anos. Houve a tentativa e a conquista de criar novos espaços públicos, de qualidade ou não, outros grandes equipamentos públicos de prestação de serviços à comunidade, a busca da intensificação de segurança pública, a chegada de grandes empreendimentos comerciais, educacionais, residenciais e a reafirmação da cultura suburbana que aconteceu, nesse caso, independente das relações com o centro oficial goianiense. (SILVA 2014, p.112).

A mobilidade desdobrou um segundo questionamento na área periférica, ao se tornar simbolicamente algo tão importante quanto a modernização, qualificação e quantificação de equipamentos e edifícios no espaço, ao ser um meio facilitador de acesso aos lugares, e consequentemente, deflagrar uma seletividade sócio espacial. Para Villaça (1998) pela análise do sistema viário da cidade podemos observar como o planejamento impulsiona rupturas e continuidades espaciais. A acessibilidade passa a ser um vetor de urbanização, em que,

juntamente com a localização, influencia na produção econômica e valorização de certos espaços.

O sistema de transporte assim, por si só não garante a mobilidade, por haver outros fatores como o socioeconômico que influenciam na apropriação dos espaços público/privado. Em Goiânia as linhas da RMTC (Rede Metropolitana de Transporte Coletivo) não conseguem atender diretamente as áreas periféricas, ou seja, as pessoas que moram em periferias mais afastadas têm que pegar mais de um ônibus para conseguir se deslocar dentro da cidade e pelo valor inflacionário da tarifa única de transporte, o cidadão da classe desfavorecida se limita ao percurso casa-trabalho.

No estudo de Cruz (2015, p.144), a autora concluiu que levando em consideração os bairros dentro da Região Noroeste mais afastados, as pessoas da região perfazem “24h semanais num total de 44 dias por ano, mais de 1.050 horas, para deslocar-se ao local de trabalho”.

Um grande percentual, 41,58%, destinava entre seis minutos e uma hora para chegar ao trabalho. Por mais de uma até duas horas, eram 13,81% dos trabalhadores. Há ainda pessoas, num total de 1.46%, que necessitavam até duas horas, além de 9,41% dos trabalhadores, que devem trabalhar na região, já que o tempo de deslocamento não excedia cinco minutos. (Cruz, 2015, p. 144).

Desse modo, a Região Noroeste de Goiânia formou uma paisagem que demonstra uma área ambientalmente degradada pelas ocupações irregulares e regularizadas se tornando um importante objeto crítico do planejamento urbano da cidade, quanto a gestão do território e as relações de poder que estruturam de maneira seletiva o espaço urbano. Em que se observou a construção do discurso de legitimidade da ação do Estado em segregar o classe desfavorecida em áreas afastadas, como narrado pelo jornal O Popular de 10 de julho de 1994:

(...)Mal sabem os defensores dessa idéia que a maioria dos moradores desses bairros está satisfeita com suas conquistas. Afinal, foram eles mesmo que escolheram morar ali, quando invadiram as terras”. Ao final da reportagem, se afirmou ainda que as reivindicações de acesso a lazer dos moradores desses bairros contrariava “toda a concepção de miséria exagerada que comumente se tem da região.

Dessa forma, o Estado foi representado para a opinião pública como aquele que concedia o ‘desejo’ da sociedade por um lugar para morar, em que a classe desfavorecida havia escolhido a área a ser ocupada que haveria de abranger algumas melhorias urbanas implementadas pelo governo estadual.

CONCLUSÃO

No processo histórico de formação da Região Noroeste de Goiânia compreendeu-se que as ocupações urbanas, que não atenderam as leis de uso do solo e ambiental, decorreram

do crescimento da cidade e das ações do poder do Estado e do capital imobiliário que redesenharam a fisionomia de Goiânia, com os seus novos bairros.

O crescimento populacional de Goiânia excedeu as expectativas do planejamento urbano original, quando um fluxo migratório intenso começou a ocupar a cidade. No entanto esperava-se uma ocupação formada em sua grande parte pela classe favorecida, ao invés da classe desfavorecida que atraída pelo sonho de uma melhor qualidade de vida e casa própria tentaram ocupar as áreas centrais e por isso foram oprimidas e segregadas na área periférica da Região Noroeste que não apresentava infraestrutura urbana e integração com o tecido edificado.

Dessa forma, a periferização se tornou em Goiânia um processo urbano pelo qual a cidade expandiu-se rumo ao perímetro urbano, descentralizando a estrutura do planejamento urbano, ao mesmo tempo que o poder do Estado e do capital formaram novas configurações espaciais que geraram limites, seja pela implantação de infraestrutura urbana (vias, esgoto, água, luz, pavimentação), programa de habitação e financiamento social ou pela especulação imobiliária, para regular/ dividir socialmente o espaço. Tem-se assim a dicotomia entre a cidade legalizada e aquela produzida/ocupada de maneira 'ilegal' que por sua vez refletiu na luta de classes na cidade e na formação da Região Noroeste.

Assim, os bairros que formam a Região Noroeste criam um “cinturão de pobreza”, o núcleo urbano da classe menos favorecida, na qual as pessoas que a ocuparam se encontravam vulneráveis, em relação a precarização da infraestrutura básica (saneamento, pavimentação e rede viária) que possibilitassem a sua mobilidade e acessibilidade aos bens e serviços encontrados na região central da cidade.

Contudo, é notável que a Região Noroeste de Goiânia está se desenvolvendo como espaço urbano e que novas relações e dinâmicas espaciais começaram por estruturar no espaço urbano fazendo com que ela seja reconhecida como parte da cidade e como um potencial para novas especulações urbanas.

REFERÊNCIAS

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. “Attílio Corrêa Lima um urbanismo brasileiro (1930-1943)”. *Revista Makenzie*, 1998.

———. “Attílio Corrêa Lima: uma trajetória para a modernidade”. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007.

BOLETIM INFORMATIVO DA UNIÃO DAS INVASÕES. Circulação Interna. “A luta pela Terra”. *União das Invasões* n.6 (maio de 1982).

CRUZ, Renatha Cândida da. “A Região Noroeste de Goiânia: de Grande Bolsão de Pobreza à Nova Classe Trabalhadora”. Dissertação, Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudo Socioambientais, 2015.

DAHER, Tania. *Goiânia- uma utopia européia no Brasil*. Vol. 1. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003. DIÁRIO OFICIAL, Município e Goiânia.

“Decreto N. 621”, 18 de novembro de 1985.

———. “Decreto N. 629”, 18 de novembro de 1985.

DINIZ, Annamaria. “Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) Ideal estético e realidade política”. Brasília, 2007.

FREITAS, Silva Antônio de. “Habitação Popular em Goiânia: Vila Mutirão mil casas em um dia”. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

GOIÂNIA, Prefeitura Municipal de Goiânia. *Relatório Técnico de Revisão do Plano Diretor de Goiânia*. Goiânia: Coord: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação-SEPLANH. Superintendência de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável. Comissão Executiva do Plano Diretor., 2018.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: uma metrópole possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CENTRO OESTE. “Zoneamento Ecológico Econômico do Município de Goiânia.” Prefeitura Municipal de Goiânia, 2008.

JUNIOR, Oscar Sabino. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980.

LEME, Maria Cristina da Silva, org. *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. 2º ed. São Paulo, Brasil: Studio Nobel, FAUSP, FUPAM, 1999.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. “A URBS e seus problemas uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy”. Tese (doutorado), Universidade de Brasília, 2018.

— — —. *Goiânia- uma concepção urbana, moderna e contemporânea-Um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada-Goiânia, Brasília e Palmas*. 1º ed. Série Raizes 3. Goiânia: UCG, [2003].

MOTA, Juliana Costa. “Planos Diretores de Goiânia, década de 60: A inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo de planejamento urbano”. Dissertação, Escola de Engenharia de São Carlos-Universidade de São Paulo, 2004.

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, Diário Oficial. “Lei N. 1552”. Diário Oficial, 1985.

OLIVEIRA, Érika Munique de. “Morar e (sobre)viver na metrópole goianiense: Análise da mobilidade da segregação residencial na Região Noroeste de Goiânia”. Dissertação, Universidade Estadual de Goiás, 2017.

O POPULAR, Jornal. “História marcada por disputas”. *Vila Finsocial*. 10 de julho de 1994.

— — —. “Regularização veio nos anos 80”. *Vila Finsocial*. 10 de julho de 1994.

RAMOS, Helci Ferreira. “Análise espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental urbano nas Regiões Norte, Noroeste e Meia Ponte do Município de Goiânia (1975-2015).” Dissertação, Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudo Socioambientais, 2016.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4º ed. São Paulo, Brasil: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

— — —. *A urbanização brasileira*. ed. São Paulo, Brasil: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda, 1993.

———. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo, Brasil: Edusp- Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Anderson Ferreira. “Goiânia à Noroeste: da ocupação ao novo centro urbano”. Dissertação, Universidade de Brasília, 2014.

STREGLIO, Carolina Ferreira da Costa; FERREIRA, Diego Tarley, e OLIVEIRA, Ivanilton José. “O processo de Expansão Urbana e seus reflexos na redução da cobertura vegetal no município de Goiânia-Go”, 2013. Departamento de Geografia-UFPR.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Brasil: Studio Nobel, 1998.